

A (des)valorização profissional docente: implicações da oferta e demanda de pedagogos no Paraná (2009-2013)*

The teaching professional (de)valuation: implications of the supply and demand of teaching professionals in Paraná (2009-2013)

La (des)valorización profesional de los docentes: implicaciones de oferta y demanda de pedagogos en Paraná (2009-2013)

Marta Rosani Taras Vaz**
Gisele Masson***

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos no estado do Paraná (2009-2013), problematizando a relação entre trabalho e formação no capitalismo, bem como o processo de (des)valorização dos profissionais da Pedagogia. A análise realizada se fundamentou nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, perpassando pela concepção ontológica do trabalho e adentrando na sua dimensão histórica capitalista. A pesquisa se constituiu a partir de dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), informações disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR) e dados disponibilizados por 37 Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Paraná. Os resultados revelam que há uma oferta maior de pedagogos em relação ao crescimento da demanda de tais profissionais no mercado de trabalho, ocasionando uma população excedente de professores. A conclusão é de que esta condição contribui para a desvalorização do valor de sua força de trabalho.

Palavras-chave: Oferta e Demanda de profissionais. Pedagogos. Desvalorização da força de trabalho.

Abstract: This paper aims at analyzing the relation between supply and demand of teaching professionals in the state of Paraná (2009-2013) by questioning the relation between work and education in capitalism, as well as the process of teaching professionals (de)valuation. The analysis was based on the historical-dialectical materialism theoretical-methodological approach, addressing the ontological conception of work and focusing on its capitalist historical dimension. The research surveyed statistical data from the National Institute of Studies and Education Research Anísio Teixeira (INEP, Brazilian Portuguese abbreviation), information given by the State of Paraná Education Secretariat (SEED-PR, Brazilian Portuguese abbreviation) and data made available by 37 Higher Education Institutions (IES, Brazilian Portuguese abbreviation) in the State of Paraná. The results revealed that there is greater supply of teaching professionals in relation to the job market demand for such activity, which leads to an excess of

* Financiamento: CAPES.

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <martarosanni@hotmail.com>.

*** Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: <gimasson@uol.com.br>.

teachers. The conclusions reveal that this condition tends to contribute to the devaluation of this workforce.

Keywords: Supply and demand of professionals. Teaching professionals. Workforce devaluation.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación de oferta y demanda de pedagogos en el estado de Paraná (2009-2013), discutiendo la relación entre el trabajo y la formación en el capitalismo y el proceso de (des)valorización de los profesionales de la Pedagogía. El análisis se basa en los principios teóricos y metodológicos del materialismo histórico y dialéctico, pasando por la concepción ontológica de la obra y adentrando en su dimensión histórica capitalista. La investigación está fundamentada por los datos estadísticos del Instituto Nacional de Estudios e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), información proporcionada por el Departamento de Educación del Estado de Paraná (SEED-PR) y los datos aportados por 37 instituciones de educación superior (IES) de estado de Paraná. Los resultados revelan que hay un mayor número de docentes en relación con el crecimiento de la demanda de estos profesionales en el mercado laboral, provocando un exceso de población de los profesores. Por lo tanto, la conclusión es que esta condición contribuye a la depreciación del valor de su fuerza de trabajo.

Palabras clave: Oferta y demanda de profesionales. Pedagogos. Desvalorización de la fuerza de trabajo.

Introdução

Este artigo é resultado de pesquisa que teve como objetivo principal analisar a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos no estado do Paraná e como isso interfere na valorização da força de trabalho desses profissionais. A problematização dialeticamente articulada das relações entre capital e trabalho foi realizada com o intuito de observar as mediações das políticas de formação de pedagogos na atual forma de sociabilidade, bem como o processo de (des)valorização dos profissionais da Pedagogia.

Entendemos, a partir das contribuições de Marx, que a relação entre a oferta e a demanda de força de trabalho se constitui a partir de determinadas relações sociais de produção, por isso, na forma social capitalista, trata-se de uma relação entre mercadorias. Nesse sentido, por demanda (ou procura) se compreende a necessidade do mercado por consumo de tal produto ou serviço (consumidores de determinada mercadoria, podendo ser, inclusive, da mercadoria força de trabalho), por sua vez, a oferta (produtos, serviços e força de trabalho) corresponde à disponibilidade de tal mercadoria no mercado. A diminuição da oferta e o aumento da procura de determinada mercadoria levam a um aumento do preço dessa mercadoria; no sentido inverso, o aumento da oferta e a diminuição da demanda levam a um barateamento desta no mercado. Desse modo, a pesquisa que realizamos buscou problematizar a relação entre a oferta e a demanda para o mercado de trabalho de professores/pedagogos no estado do Paraná.

Para a pesquisa empírica, buscamos sistematizar os dados estatísticos referentes à oferta de pedagogos no período demarcado, entre 2009 e 2013, bem como, o levantamento do número total de funções docentes e pedagógicas nesse mesmo período, ambos referentes ao estado do Paraná. A escolha desse período histórico se deu pela opção de trabalharmos com dados mais recentes, ou seja, num período de cinco anos, visto que os últimos dados das funções docentes disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que estão disponíveis nas Sinopses Estatísticas de 2014, referem-se, até o momento, às funções docentes que estavam em vigência em 2013. Todavia, os dados coletados por meio das Instituições de Ensino Superior (IES), referentes aos concluintes em Pedagogia no Paraná, incluem o ano de 2014.

Nesse estudo, promovemos o debate a partir de autores do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico-dialético, destacando que a pesquisa se desenvolveu sobre base marxiana e que a escolha desse referencial procurou ser feita de forma coerente com o método e sua teoria, dando ênfase à análise crítica¹ do ponto de vista da totalidade².

A atividade docente enquanto atividade assalariada

No mundo dos homens, o trabalho é uma mediação fundamental, pois é a partir dele que produzimos o necessário para a produção e a reprodução da vida. No entanto, o trabalho, como uma mediação essencial, assume formas e características que variam em diferentes momentos históricos, modificando-se de acordo com as necessidades dos modos de produção e acompanhando as necessidades das diferentes formas de sociabilidade.

Discutir a categoria trabalho implica compreendê-la, tanto a partir de um exercício filosófico, quanto de um exercício histórico, apresentando as características específicas do trabalho numa determinada forma de sociabilidade e estabelecendo uma conexão entre a sua forma concreta e abstrata. Por exemplo, na sociedade capitalista, o trabalho assume a forma abstrata, predominantemente, de trabalho assalariado, ou seja, é necessária a venda da força de trabalho, em troca de um salário, para poder comprar mercadorias e satisfazer as necessidades humanas, as quais são históricas e variam, das mais simples às mais sofisticadas.

Sobre o trabalho assalariado, Marx (2013, p. 645-646) afirma que

[...] o próprio trabalhador produz constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder que lhe é estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e efetivação, abstrata, existente na mera corporeidade do trabalhador; numa palavra, produz o trabalhador como assalariado.

Dessa maneira, todos os trabalhos são igualados, pois se abstrai a forma concreta de trabalhos qualitativamente distintos e se considera a sua forma abstrata, ou seja, somente a dimensão quantitativa é considerada para que seja possível realizar a sua troca por um valor equivalente. Isso significa afirmar que o trabalho, na sociedade capitalista, tem como foco a produção de valor de troca, o qual é definido pelo tempo socialmente necessário para produzir uma mercadoria (dimensão quantitativa), no entanto, essa forma de trabalho não é uma determinação essencial do trabalho. A natureza essencial do trabalho tem como objetivo a produção de valor de uso (dimensão qualitativa) para atender às necessidades humanas e, por isso, é ineliminável do ser social. Trocar valores de uso é algo que existe desde que os homens passaram a produzir excedentes, mas a troca realizada com a mediação do mercado não tem como objetivo central a satisfação das necessidades humanas e sim a produção e reprodução ampliada do capital.

A respeito das necessidades humanas, Marx e Engels (2007) consideram que os homens precisam ter condições de viver para fazer história, desde as condições mais simples, ligadas às necessidades biológicas, como beber, comer, dormir, entre outras, as quais podem provir do

¹ Por crítica, no sentido marxiano, compreende-se a “[...] busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas e imperfeições” (TONET, 2013, p. 11).

² Compreende-se por totalidade, “um conjunto de partes, articuladas entre si, que haja uma hierarquia entre as partes que o compõe e que exista algo – uma substância – que confira unidade e, pelo menos, certa permanência a esse conjunto” (TONET, 2013, p. 68). A totalidade não significa a compreensão de tudo, mas a compreensão da gênese e do desenvolvimento, “síntese das múltiplas determinações” (MARX, 2003).

“estômago ou da imaginação” (MARX, 2013, p. 113). Para Marx e Engels (2007, p. 33), “[...] o primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material.” A produção, que se dá a partir do trabalho, possibilita que “[...] a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido conduzem a novas necessidades” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Ao longo do processo de satisfação das necessidades humanas e, portanto, criação de novas, a sociedade vai se tornando cada vez mais complexa, surgindo a divisão social do trabalho e formas cada vez mais desenvolvidas de organização social³. A atividade do professor é, portanto, uma atividade oriunda do desenvolvimento social que, na sociedade capitalista, configura-se como trabalho assalariado.

Ao analisarmos a relação entre a oferta e demanda de pedagogos, estamos buscando compreender a relação entre a oferta e a demanda de um tipo determinado de atividade social e de uma determinada categoria assalariada.

O professor que ministra sua aula e o pedagogo que realiza ações pedagógicas para a realização do processo de ensino-aprendizagem de forma mediata, ocupam espaços e funções determinadas na sociedade. Essas atividades frequentemente são compreendidas como determinado tipo de trabalho, dessa compreensão expressões como “trabalho docente” e “trabalho do professor” são comumente utilizadas. Mas, afinal, o que é trabalho?

Quando pensamos em trabalho, logo nos remetemos ao trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um salário, mas esse processo de mercantilização do trabalho humano é uma característica fundamental da sociedade capitalista. Para Marx (2013), a forma capitalista de trabalho, que se manifesta a partir da compra e venda de força de trabalho humano, não representa o trabalho em sua plenitude, como já destacamos anteriormente. É possível, portanto, uma relação mais profunda do homem com o trabalho do que a relação de exploração existente na sociedade capitalista. Para o referido autor,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 255).

Quando Marx (2013, p. 255) enuncia que “o trabalho é, antes de tudo um processo entre homem e natureza”, refere-se ao trabalho que está intimamente ligado ao desenvolvimento do ser social. Nesse momento, Marx distingue o aspecto filosófico-ontológico (análise da essência do trabalho em geral) do trabalho na sua forma histórica assalariada. A categoria trabalho tem um papel importantíssimo na teoria marxiana, uma vez que ele está presente tanto na constituição dos pressupostos filosófico-ontológicos dessa concepção teórica, quanto na formulação da crítica direcionada ao modo de produção capitalista.

Desse modo, a compreensão marxiana acerca do resultado trabalho não o reduz a uma mercadoria, uma vez que reconhece o papel decisivo do trabalho na constituição e

³ Partimos da compreensão de Lukács (2013) sobre as sociedades desenvolvidas, as quais são entendidas como sociedades mais complexas, no sentido ontológico-objetivo. Não há, portanto, uma análise axiológica sobre a sociedade e, por isso, não cabem julgamentos valorativos no sentido de considerar se é melhor ou pior do que as anteriores.

desenvolvimento do ser social, porém, considera que, na forma capitalista de sociabilidade, o trabalho se manifesta, predominantemente, sob a forma abstrata de trabalho assalariado, portanto, na forma de mercadoria. Na sequência, Marx (1975) se refere ao trabalho abstrato na sociedade capitalista:

A força de trabalho, portanto, é uma mercadoria que seu possuidor, o assalariado, vende ao capital. E para que a vende? Para viver.

Mas a manifestação da força de trabalho, o trabalho, é a atividade vital própria do operário, a manifestação pessoal da sua vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar os meios de subsistência necessários. Por isso, a sua atividade vital não é para ele mais do que um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. Nem sequer considera o trabalho como uma parte da sua vida; para ele, é muito mais um sacrifício da sua vida (MARX, 1975, p. 21).

Uma vez convertido em mercadoria, o trabalho adquire características específicas do modo de produção capitalista, submetendo-se, inclusive, às leis do mercado, como a da oferta e da demanda. A abstração do trabalho no capitalismo faz com que outras atividades, as quais, ontologicamente, não realizam o intercâmbio material entre o homem e a natureza, tornem-se trabalho pela simples razão de serem assalariadas. Dessa forma, atividades relativas à organização escolar, exercidas por sujeitos (professores, gestores e pedagogos) que recebem em troca determinada quantia em dinheiro, pela prestação de seus serviços, são assalariadas, fazendo com que esses sujeitos se tornem parte da classe trabalhadora.

Para Lessa (2012),

O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato. O trabalho, enquanto categoria fundante, é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado de reprodução da base material da sociedade (LESSA, 2012, p. 28).

O autor destaca que toda atividade assalariada é trabalho abstrato, porém, nem todo trabalho abstrato ou assalariado é trabalho no sentido filosófico-ontológico, visto que, para ser trabalho concreto é necessário ocorrer o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza para produzir valores de uso voltados à satisfação das necessidades humanas. Todavia, Marx (2013) destaca a relação dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, com a produção de valores de uso e valores de troca:

Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 116).

Assim, a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer, uma vez que é negociada no mercado a preço do salário. Marx (2013, p. 270) destaca que “[...] o valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco a seu vendedor quanto o valor de uso do óleo pertence ao comerciante que o vendeu.” O trabalho assalariado é, para o capitalista, fundamental para a produção de mais-valor, pois “[...] assim como qualquer mercadoria é possuidora do valor de uso e de valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e processo de formação de valor” (MARX, 2013). Nesse sentido, se para o consumidor de determinada mercadoria importa, sobretudo, o valor de uso, para o vendedor o que importa é o valor que a venda dessa mercadoria lhe trará.

Marx (2013) desvenda, entre outras coisas, a natureza do valor das mercadorias. Ao contrário do que se acreditava (e, por vezes, ainda se acredita), o valor das mercadorias não é determinado pela lei da oferta e da procura, pois o valor é definido na esfera da produção (pelo tempo socialmente necessário para produzi-la) e não na esfera da circulação. Porém, quando determinada mercadoria chega ao mercado (esfera da circulação), o seu preço (forma monetária do valor) sofre alterações em razão de diversos fatores, dentre eles, o fator da oferta e da procura.

Nesse sentido, o capitalista (dono dos meios de produção) quer, além da produção de valores de uso, produzir valor de troca, substância de valor. Para Marx (2013, p. 263), “[...] aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca.” Na produção da mercadoria, não interessa ao capitalista qual é o valor de uso dela, mas sim, o seu valor de troca, já que “[...] quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para a sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado” (MARX, 2013, p. 263). No entanto, o capitalista quer mais, quer “[...] produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor” (MARX, 2013, p. 263).

De acordo com Tumolo (2005, p. 242), o valor de troca representa a negação e ao mesmo tempo a afirmação do valor de uso. Marx não só se preocupou em compreender essa contradição, mas, acima de tudo, o “movimento contraditório existente entre valor de uso e valor”, que dá origem ao duplo caráter do trabalho, trabalho como produtor de valores de uso e trabalho como produtor de valor e mais-valor.

É válido ressaltar que nem todo trabalho assalariado é formador de mais-valor, pois Marx denominou de trabalho produtivo aquele que gera mais-valor e improdutivo aquele que não cria mais-valor. É, também, importante sublinhar que essa diferenciação diz respeito, unicamente, ao processo de trabalho abstrato. Diante dessa questão, Marx (2013, p. 578) afirma que “[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente, produção de mais-valor”, por isso, “[...] só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.” O que o trabalhador produz não é para si, mas para o capitalista, ao trabalhador resta vender a força de trabalho em troca de um salário que possibilite a sua reprodução. Marx exemplifica:

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto de trabalho, mas também uma relação e produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital (MARX, 2013, p. 578).

Simplificando um pouco mais, um professor que vende seu tempo de trabalho em uma escola pública (sabemos que seu trabalho é assalariado) ministrando suas aulas que serão dadas aos alunos gratuitamente, desenvolve trabalho improdutivo, pois não produz mais-valor. Por sua vez, se esse mesmo professor resolve dar aulas para uma escola da rede privada, esse passa a ser um trabalhador produtivo, pois suas aulas são mercadorias a serem vendidas aos alunos pelo dono da escola. Nos dois casos, há venda da força de trabalho do professor, porém, somente no último caso ocorre a produção de mais-valor e a relação que se estabelece, predominantemente, é a relação de troca (TUMOLO; FONTANA, 2008). Assim, não é o tipo de trabalho que o define

como produtivo ou improdutivo, mas a relação social na qual ele é desenvolvido. Portanto, a produção de valor e mais-valor está diretamente relacionada à produção de mercadorias que, além de possuírem valor de uso, o que importa somente ao consumidor, possui valor de troca (MARX, 2013).

De acordo com Tumolo e Fontana (2008), os profissionais da educação são constituídos, predominantemente, por trabalhadores assalariados, pertencentes ao sistema público ou privado de ensino. Para os autores,

O fato de estabelecerem uma relação contratual baseada no assalariamento apresenta uma relação similar àquelas estabelecidas por outros trabalhadores assalariados, já que a natureza da relação é a mesma. Entretanto, nem todo trabalhador assalariado é produtor de capital, apesar de todo trabalhador produtivo ser assalariado. Isso quer dizer que existem trabalhadores assalariados, incluindo aqui professores, que vivem numa relação social de produção de mais-valia e, por isso, realizam trabalho produtivo, mas outros que realizam trabalho improdutivo pelo fato de não venderem a sua força de trabalho para um capitalista (TUMOLO; FONTANA, 2008, p. 167).

Em síntese, o trabalho é, em sua essência, o intercâmbio do homem com a natureza para a produção de valores de uso, o qual pressupõe modificação da natureza. Nessa perspectiva, a atividade do professor ou a educação, no sentido amplo, não é trabalho, mas uma práxis social, já que é o intercâmbio entre homem e homem e que faz parte do complexo do processo de trabalho, porém, não se confunde com ele (LUKÁCS, 2013).

A definição de educação como essencialmente diferente do trabalho não é consensual, visto que há um grande debate em torno da definição da essência da educação no desenvolvimento do ser social. Contudo, não é o nosso objetivo adentrarmos profundamente nessa polêmica, mas cabe esclarecer que consideramos mais coerente, no âmbito do referencial marxista, utilizar o termo atividade docente, já que nos posicionamos favoravelmente à compreensão de que educação não é trabalho, no seu sentido filosófico-ontológico, embora se apresente, na sociedade capitalista, como trabalho assalariado.

Para que o processo de trabalho se realize, ou seja, para que ocorra o pôr teleológico do trabalho, nas formas mais superiores de organização do trabalho, outros pores teleológicos são necessários. Tais pores não objetivam a modificação da natureza objetiva, mas têm como finalidade a modificação da natureza subjetiva dos homens, como no caso de um homem que precisa convencer outro grupo de homens a executar o pôr teleológico do trabalho (LUKÁCS, 2013). Portanto, a educação, no seu sentido filosófico-ontológico, cumpre a função de mediação entre os homens (pôr sócio-teleológico) para a realização do trabalho humano, mesmo que, em alguns casos, a sua finalidade última seja a transformação da natureza objetiva, ela não é trabalho.

A atividade do professor ocupa uma função específica na divisão social do trabalho, sendo ela a responsável por mediar a relação do homem com os conhecimentos e habilidades historicamente produzidos pela humanidade. No entanto, quando nos referimos à atividade do profissional formado em Pedagogia, compreendemos não só a atividade do professor, mas do pedagogo, o qual exerce, também, outras funções inerentes à organização do trabalho pedagógico nas escolas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia/licenciatura, aprovada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, estabelece, no Art. 4, que o licenciado em Pedagogia estará apto a trabalhar nas funções de:

[...] magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de

Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006, p. 12).

Compreende-se que além de exercer um papel importante na divisão social do trabalho, a categoria dos professores, enquanto atividade docente assalariada, sofre os impactos da organização do trabalho na sociedade capitalista, marcada pela exploração do homem, visando à acumulação de capital.

Levando em consideração a categoria dos professores/pedagogos como atividade assalariada, entendemos que está submetida às leis do mercado de trabalho, portanto, às leis de oferta e demanda. Embora tais leis não determinem o valor das mercadorias (força de trabalho), podem contribuir para a (des)valorização profissional. A seguir, apresentaremos dados relativos à questão da oferta e demanda de pedagogos no Brasil, detendo-nos ao estado do Paraná.

A oferta e a demanda de pedagogos no Brasil e no Paraná: aspectos quantitativos

A utilização de dados quantitativos não é um recurso exclusivo das pesquisas das áreas das ciências exatas e naturais. Como bem destaca Engels (2012, p. 10), “a visão panorâmica clara sobre a história econômica de determinado período nunca será simultânea, só podendo ser obtida, *a posteriori*, após a compilação e verificação material. A estatística é, nesse ponto, recurso auxiliar necessário, mas sempre claudica atrás dos acontecimentos”. Entretanto, a sua utilização acrítica e desvinculada do contexto histórico pode levar os pesquisadores à uma análise positivista, risco que não passa longe, inclusive, das pesquisas em ciências humanas que se utilizam de dados subjetivos, como entrevistas e questionários, uma vez que podem ser submetidos à análise fragmentada, tecnicista e com um fim em si mesmo.

Os dados da pesquisa foram obtidos por meio das Sinopses Estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e no site da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), referentes aos dados da demanda de funções docentes no período de 2009 a 2013⁴. Por sua vez, os dados referentes ao número de concluintes em Pedagogia foram organizados a partir das informações disponibilizadas por 37 Instituições de Ensino Superior (IES), das 122 que ofertam o curso de Pedagogia no estado do Paraná⁵.

A pesquisa também analisou a oferta e a demanda de Pedagogos no Brasil. Na tabela a seguir, sistematizamos o número de funções docentes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no país, no período entre 2009 e 2013.

⁴ Para o levantamento das funções docentes, levamos em consideração a função de pedagogo e professores da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, já que estes últimos constituem o maior campo de atuação para o profissional formado em Pedagogia.

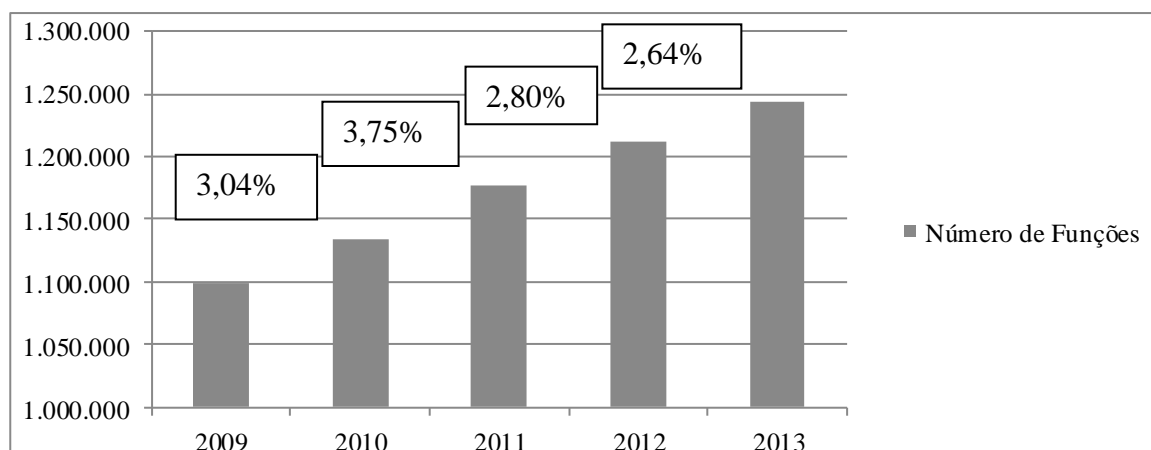
⁵ Para o levantamento da oferta de profissionais formados em Pedagogia, entramos em contato com as 122 IES que, até o momento da pesquisa, estavam credenciadas pelo MEC, como instituições que ofertavam o curso de Pedagogia no Paraná (presencial e a distância). Contudo, das 122 IES, 63 instituições responderam de alguma forma a solicitação de informações, algumas positivamente e outras negativamente, ao todo, apenas 37 IES de fato contribuíram com as informações solicitadas.

Tabela 1 - Número de funções docentes, por etapa de ensino – Brasil (2009-2013)

ANO	ETAPA		
	Ed. Infantil	Anos Iniciais	Total
2009	381.471	717.295	1.098.766
2010	408.739	724.541	1.133.280
2011	443.405	734.043	1.177.448
2012	474.591	736.895	1.211.486
2013	498.785	745.650	1.244.435

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009-2013), organizada pelas autoras.

Observamos, nesse período, que houve um crescimento de 145.669 novas funções no Brasil, sendo que, entre 2009 e 2010, ocorreu um acréscimo de 34.514 novas funções docentes; já entre os anos de 2010 e 2011, foram 44.168 novas funções; entre os anos de 2011 e 2012, o crescimento foi de 34.038; e de 2012 a 2013, observamos um acréscimo de 32.949 novas funções para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, funções nas quais pode atuar o profissional formado em Pedagogia no Brasil. Contudo, não incluímos as funções referentes aos pedagogos que exercem a organização do trabalho pedagógico nas escolas do Brasil, pois isso implicaria num levantamento dos dados de todos os estados do país, distanciando-se do foco da pesquisa. Abaixo ilustramos o crescimento das funções, maior entre os anos de 2010 a 2011.

Gráfico 1 - Número de funções docentes e porcentagem de crescimento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental – Brasil (2009-2013)

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009-2013), elaborado pelas autoras.

Observamos, com base no gráfico 1, que houve um crescimento da demanda do mercado de trabalho pelos profissionais da Pedagogia entre os anos de 2009 e 2011 e uma retração entre os períodos de 2011 e 2013. Nos últimos anos, houve, portanto, uma diminuição da procura por profissionais da área, mas ao mesmo tempo houve uma retração da oferta de tais profissionais, como pode ser analisado nas tabelas seguintes.

Na sequência, apresentamos na tabela 2 o número de concluintes em Pedagogia no Brasil (2009-2013), por modalidade de ensino. Observa-se que, assim como o crescimento das funções, o número de concluintes em Pedagogia em 2011 também foi superior em relação aos outros anos, enquanto que no ano de 2013 houve uma diminuição do número de concluintes, da mesma forma como ocorreu em relação às funções.

Tabela 2 - Número de concluintes em Pedagogia, por modalidade de ensino – Brasil (2009–2013)

ANO	PRESENCIAL	EAD	TOTAL POR ANO
2009	43.975	60.736	104.711
2010	58.600	49.208	107.808
2011	62.138	57.703	119.841
2012	56.735	55.402	112.137
2013	55.189	40.822	96.011
TOTAL	276.637	263.871	540.508

Fonte: Sinopse estatística do Ensino Superior, INEP (2009-2013), elaborado pelas autoras.

Na tabela 2, observamos que houve, entre 2009 e 2013, 540.508 novos concluintes em Pedagogia no Brasil, ou seja, nesse período a oferta de pedagogos aumentou significativamente. Deste montante, 263.871 concluíram o curso na modalidade EAD, correspondendo a 48,81% de novos pedagogos formados a distância. Esse dado comprova a eficácia das políticas de incentivo à EAD e à formação de um grande contingente de pessoas por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação.

O aumento de 540.508 novos profissionais formados em Pedagogia no Brasil é superior à demanda, pois, no período observado, o mercado de trabalho teve um acréscimo de apenas 145.669 novas funções docentes. Portanto, a diferença entre o número de concluintes do período (540.508) e o número de crescimento das funções (145.669), demonstra que há, tecnicamente, 394.839 concluintes sem funções, ou seja, há uma oferta maior de pedagogos, representando um percentual de 73,04% acima da demanda do mercado brasileiro.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Formação de Professores⁶, há uma insuficiência de formandos em licenciaturas específicas, como Química, Biologia e Física, mas essa realidade não se aplica ao curso de Pedagogia. O documento se pauta no relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União, que teve como relator o Ministro Valmir Campelo, e indica que o número de professores formados está sendo insuficiente para suprir o déficit da demanda. O documento ainda ressalta que a baixa oferta de professores em relação à demanda do campo de atuação pode se agravar ainda mais com os planos de demissão em massa dos próximos dez anos.

Nesse sentido, há três considerações importantes a se fazer: primeiro, há uma necessidade de investir na formação continuada dos professores com formação apenas em nível médio que já

⁶ O Plano de Desenvolvimento de Formação de Professores é uma proposta (em discussão) elaborada pelo MEC e Secretaria da Educação Superior (SESU) e procura “definir as bases e os programas de uma política estruturante na área da formação de professores, com continuidade e permanência no tempo, ultrapassando assim as insuficiências de ações e iniciativas pontuais” (BRASIL, 2014, p. 4-5). O texto para discussão sugere a criação de uma estrutura no interior das instituições de ensino superior, articulando os entes federados (União, Estados e Municípios) e a rede escolar pública.

atuam na Educação Básica, visto que, em 2013, 18,09% dos docentes que atuavam na rede estadual de Educação Básica paranaense, possuíam formação em nível médio, cerca de 14.469 profissionais. Dessa forma, a política educacional deve caminhar no sentido de ampliação da oferta de formação em nível superior para profissionais que já ocupam as funções existentes. Dessa forma, não há uma demanda de formação de novos professores, mas uma demanda de formação superior para os professores que já atuam, porém possuem apenas o nível médio.

Em segundo lugar, a contratação de professores, via concursos ou processos seletivos diversos, deve impossibilitar a contratação de profissionais com formação em nível médio, caso contrário, as políticas de formação de professores se mostram contraditórias em relação às políticas de valorização e carreira dos profissionais do magistério, uma vez que, ao mesmo tempo em que se pretende investir em formação de nível superior, há estados e municípios, os quais possuem uma oferta suficiente de pedagogos, que contratam professores com formação em nível médio, visto que a LDB nº 9.394/1996 permite tal ação. Todavia, há que se destacar que o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, prevê, na Meta 15, uma política nacional de formação dos profissionais da educação que assegure “[...] que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam” (BRASIL, 2014, p. 12).

Em terceiro lugar, a possível demissão em massa de profissionais da educação pode vir a não acontecer, devido às novas necessidades do campo de atuação dos profissionais da educação e das mudanças previstas nas legislações acerca da reforma previdenciária. De qualquer modo, esses fatores dependem de ações futuras, especialmente para as áreas em que falta professor com formação superior.

Em relação ao estado do Paraná, obtivemos informações de somente 37 instituições que ofertam o curso de Pedagogia, das 122 existentes, representando uma amostra de 30,32%. Dessa amostra, levamos em consideração as funções da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da organização do trabalho pedagógico (pedagogos que atuam nas escolas, mas não na docência em sala de aula). Na tabela 3, a seguir, é possível observar o aumento do número de funções e de concluintes no período de 2009 a 2013.

Tabela 3 - Comparativo entre o crescimento do número de funções e o número de concluintes em Pedagogia – Paraná (2009-2013)

ANO	TOTAL DE FUNÇÕES	NÚMERO DE NOVAS FUNÇÕES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	% DE CRESCIMENTO DAS FUNÇÕES	NOVOS CONCLUINTE EM PEDAGOGIA
2009	65.948	2.165*	3,39%	6.763
2010	67.846	1.898	2,87%	4.042
2011	70.634	2.788	4,10%	2.787
2012	76.309	5.675	8,03%	8.421
2013	79.970	3.661	4,79%	4.505
TOTAL		16.187		26.518

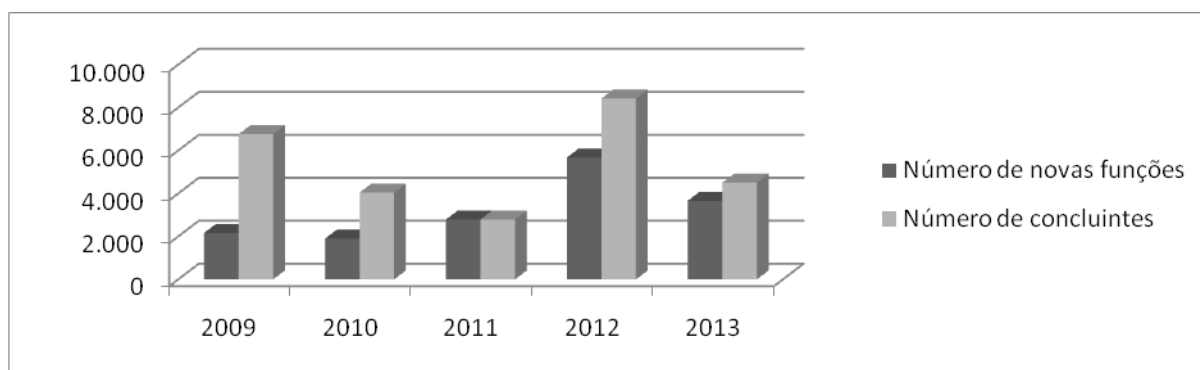
Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009-2013) e site da SEED/PR, elaborado pelas autoras.

* 2.165 é o crescimento de funções em relação ao ano de 2008. Sendo que em 2008, havia um total de 63.783 funções docentes (19.169 na Educação Infantil, 39.287 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 5.327 pedagogos estaduais).

De acordo com os dados apresentados, podemos observar que o número de funções docentes no Paraná cresceu 16.187 entre os anos de 2009 a 2013, sendo que o seu maior crescimento foi em 2012. No mesmo período, houve a formação de, pelo menos, 26.518 novos pedagogos. Sendo assim, constatamos que há uma oferta maior do que a demanda de pedagogos no Paraná, levando-se em consideração o período observado, mesmo tendo uma amostra de 30,32% do total de concluintes em Pedagogia.

No gráfico 2, ilustramos o comparativo entre o acréscimo de funções e o número de concluintes no estado:

Gráfico 2 - Ilustração comparativa entre o número de novas funções e o número de concluintes em Pedagogia - Paraná (2009-2013)



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009-2013), site da SEED/PR e dados de 37 IES que ofertam o curso no Paraná, elaborado pelas autoras.

Observa-se que, nos anos de 2009, 2010 e 2012, a desproporção entre a oferta de pedagogos e a demanda do mercado foi maior. No entanto, a relação entre a oferta e demanda deve ser analisada num conjunto de um longo período e não apenas anualmente. Na tabela 4, observamos as funções docentes no Paraná, de acordo com o nível de escolaridade.

Tabela 4 - Número de funções docentes na Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais) e pedagogos estaduais, com formação em nível fundamental, médio e superior – Paraná (2009-2013)

Ano	TOTAL	Ensino Fundamental	Ensino Médio*	Ensino Superior**	% das funções docentes com nível médio do total de funções
2009	65.948	337	15.628	49.983	23,69%
2010	67.846	292	11.440	56.114	16,86%
2011	70.634	244	9.922	60.468	14,04%
2012	76.309	205	14.857	61.247	19,46%
2013	79.970	190	14.469	65.311	18,09%

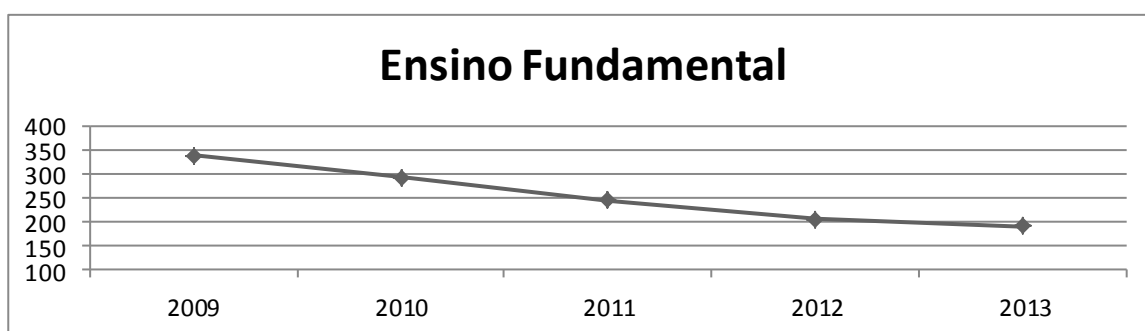
Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013), site da SEED/PR e dados de 37 IES que ofertam o curso no Paraná, elaborado pelas autoras.

*O nível de escolaridade de nível médio inclui magistério e ensino médio regular.

** Incluímos o número de pedagogos estaduais, visto que a SEED/PR só contrata pedagogos com nível superior.

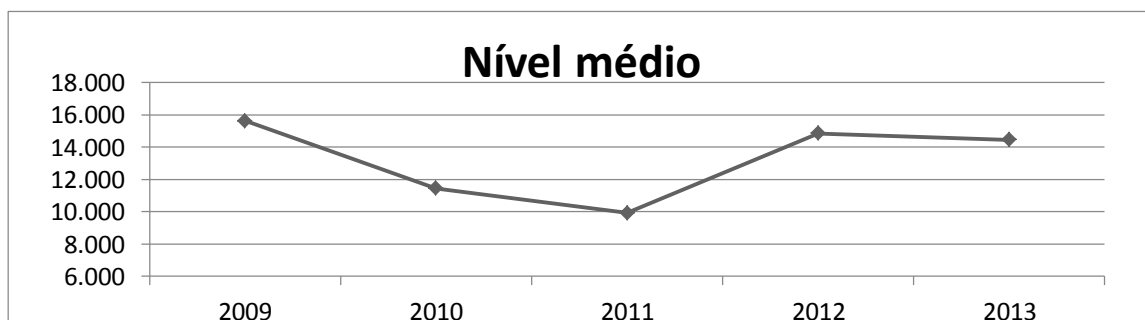
Observa-se que, nos anos de 2010 e 2011, ocorreu uma diminuição da porcentagem de funções com nível médio, aumentando, assim, o número de funções com nível superior. Porém, em 2012 e 2013, o número de funções com nível médio volta a subir, demonstrando que municípios passaram a contratar, nos últimos anos, profissionais com esse nível de formação, mesmo havendo uma oferta suficiente de pedagogos com nível superior. Isso se dá, possivelmente, em razão da viabilidade de contratação de tais profissionais com formação em nível médio, atrelado aos interesses financeiros de cada município ou instituição de ensino privado, visto que os gastos com pagamentos dos profissionais com formação em nível médio são inferiores aos gastos com pagamentos de profissionais com nível superior, uma vez que a Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008, estabelece o piso salarial para os profissionais do magistério a partir da formação em nível médio. Nos gráficos a seguir, ilustramos o crescimento das funções docentes de acordo com o nível de escolaridade.

Gráfico 3 - Oscilações das funções com a escolaridade de nível fundamental – Paraná (2009-2013)



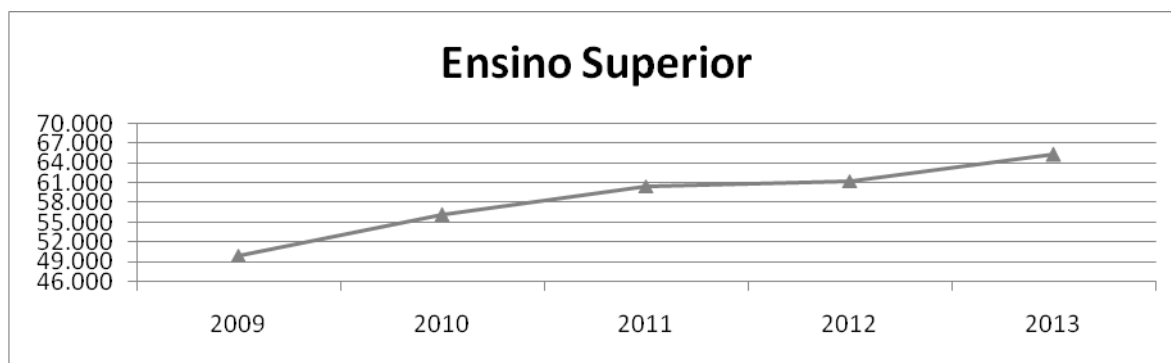
Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013) e site da SEED/PR, elaborado pelas autoras.

Gráfico 4 - Oscilações das funções com a escolaridade de nível médio – Paraná (2009-2013)



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013) e site da SEED/PR, elaborado pelas autoras.

Gráfico 5 - Oscilações das funções com a escolaridade de nível superior – Paraná (2009-2013)



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP (2009 - 2013) e site da SEED/PR, elaborado pelas autoras.

Em síntese, de 2009 a 2013, 1.159 professores/pedagogos que já ocupavam funções no mercado de trabalho se formaram em Pedagogia. Assim, dos 26.518 novos pedagogos, exceto os 1.159 que já ocupavam funções no estado, temos, tecnicamente, 25.359 novos pedagogos e um crescimento de 16.187 funções, demonstrando, desse modo, que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos no Paraná, no período analisado. Essa desproporção entre oferta e demanda é ainda maior, levando-se em conta o considerável contingente de IES que não disponibilizaram dados referentes ao número de concluintes, sobretudo, as grandes redes de ensino a distância, que lideram a formação no país.

Sabe-se, por meio do Censo da Educação Superior do Inep (2012), que o curso de Pedagogia é o mais ofertado entre as graduações da área da educação, pois corresponde a 50% dos graduados em licenciaturas no Brasil. Esses dados contribuem para ilustrar o grande número de concluintes em pedagogia no país, aumentando, portanto, a oferta de pedagogos em proporção bem maior do que a demanda do mercado. Cabe-nos questionar se essa desproporção reflete na valorização desses profissionais, problematizando a natureza dos reflexos e a origem desse fenômeno.

Como mencionado no início deste artigo, a venda da força de trabalho em troca de um salário converte o trabalho em mercadoria e, desse modo, assim como toda e qualquer mercadoria, a força de trabalho está submetida às leis do funcionamento da sociedade capitalista. Nesse sentido, questionamos: ao haver uma oferta de pedagogos bem maior do que a demanda do mercado de trabalho, não estaria acontecendo um processo de (des)valorização do professor e do pedagogo? De que forma isso acontece e por quê? Para responder a essas questões, nos remeteremos às contribuições de Marx.

O processo de (des)valorização profissional a partir da relação entre a oferta e a demanda e o papel das políticas educacionais

No livro *Trabalho Assalariado e Capital: salário preço e lucro*, Marx indica, de forma sucinta, como se dá a relação entre a oferta e a demanda de força de trabalho. Nas palavras do autor, “[...] as relações entre a oferta e a procura estão sujeitas a constantes mudanças e, com elas, os preços do mercado de trabalho” (MARX, 1975, p.96). Para Marx, o valor da força de trabalho, assim como o valor de qualquer mercadoria, não é determinado pela lei da oferta e da procura, já que essas relações “[...] não regulam mais do que temporárias flutuações de preço no mercado” (MARX, 1975, p. 96). A natureza do valor das mercadorias advém do tempo socialmente necessário para a sua produção. Contudo, quando a mercadoria chega ao mercado, o seu preço

(expressão monetária do valor) pode sofrer alterações, a depender de diversos fatores, como a lei da oferta e da procura.

Ao se referir à mercadoria força de trabalho, Marx (1975, p.96) explica que “se a procura excede a oferta, os salários sobem; se é a oferta que excede a procura, os salários descem”. Porém, Marx (1975) esclarece que essa relação não determina o seu valor:

Como o de qualquer outra mercadoria, o seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária para a sua produção. A força de trabalho de um homem só existe na sua individualidade viva. Para poder desenvolver-se e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de subsistência (MARX, 1975, p. 111).

Nesse sentido, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para a reprodução do trabalhador. Daí deriva a função do salário mínimo, ou seja, receber o mínimo para a garantia da satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e reprodução da força de trabalho. É válido destacar que a força de trabalho pode, ao mesmo tempo, receber uma alta no salário e ser desvalorizada. Isso pode acontecer com a diminuição do poder real de compra do salário, pelo descompasso do aumento salarial em relação à inflação.

Sabemos, a partir das contribuições de Marx (2013), que para o capitalista interessa a produção de mais-valor e essa produção se dá por meio da exploração da força de trabalho. Com o desenvolvimento da concorrência, o capitalista precisa produzir mais em menos tempo, para isso investe em *capital constante* (máquinas e tecnologias) e diminui o seu *capital variável* (força de trabalho), dependendo cada vez menos de trabalhadores. A redução da necessidade da produção de força de trabalho leva à formação de um “exército industrial de reserva”

[...] formado pela população trabalhadora que fica supérflua em relação ao capital com o progresso das forças produtivas (que se traduz em um montante crescente de meios de produção em relação à força de trabalho) e toda uma população que não está diretamente ligada ao [] e empregada [] pelo capital ou pelas instituições acessórias, mas que lhe está de alguma forma disponível (NETO, 2013, p. 11).

O conceito de exército industrial de reserva pode ser encontrado em Marx (2013), porém, quando o formulou, o autor estava se referindo, basicamente, aos trabalhadores segregados diretamente da esfera da produção.

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista e, até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado por sua própria conta. Ela fornece as suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2013, p. 707).

Nesse sentido, quando o capital está em seu pleno desenvolvimento, pode recrutar novamente essa população excedente e, inversamente, quando o capital está enfrentando impasses no processo de acumulação (sobretudo em momentos de crise), é necessário abrir mão desse contingente de trabalhadores e convertê-los em um exército reserva, exercendo pressão para baixar os salários. A esse respeito, Harvey (2013, p. 258) enfatiza que:

O modelo de Marx é bastante simples. A acumulação do capital, pressupondo-se a produtividade constante, aumenta a demanda por trabalho. Se isso gera ou não um aumento por salários depende da população disponível. Mas quanto maior é a parcela empregada da população disponível, maior é a elevação dos salários, o que diminui a

taxa de exploração. Mas a massa de mais-valor pode continuar a aumentar porque mais trabalhadores estão empregados. Se em algum ponto, por alguma razão, a massa de mais-valor começa a diminuir, a demanda por trabalho cai, a pressão sobre os salários diminui e a taxa de exploração se recupera.

Dessa forma, a produção de uma população excedente, ou seja, de uma oferta de força de trabalho maior em relação à demanda, é algo que advém do próprio funcionamento do capital. Para Marx (2013, p. 705), a acumulação capitalista “produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.”

Marx (2013) desenvolve esse pensamento no intuito de justificar a sua objeção aos economistas clássicos, como Malthus, que naturalizava a questão do desemprego, relacionando-o com o aumento da população. Para Harvey (2013, p.263), Marx faz a crítica à “[...] tese de que a pobreza é produzida por uma classe trabalhadora que reproduz a si mesma em número demasiado grande” (tese que culpa a vítima). Dessa forma, Marx comprova que a produção da pobreza e do desemprego é algo inerente à organização capitalista. De acordo com Harvey (2013, p.263),

O capitalismo produz pobreza criando um excedente relativo de trabalhadores por meio do uso de tecnologias que eliminam postos de trabalho. Uma massa permanente de trabalhadores desempregados é socialmente necessária para que a acumulação continue se expandir (HARVEY, 2013, p. 263).

Nesse sentido, a oferta desproporcional de trabalhadores assalariados em relação à demanda faz parte da lógica de acumulação de capital, sendo que “[...] o exército industrial de reserva é colocado na produção e, em seguida, retirado em movimentos alternados, criando um movimento cíclico no mercado de trabalho” (HARVEY, 2013, p. 264).

Dessa forma, criando um excedente de população, não só os trabalhadores desempregados se submetem a qualquer tipo de trabalho, salário, contratos, como os trabalhadores empregados serão pressionados, podendo ser ameaçados de demissão e, por consequência, submetem-se às condições precárias e intensivas de trabalho. Milani e Fiod (2008, p. 93) analisam as condições de trabalho dos professores contratados no Paraná e destacam:

Situando-se o professor temporário no contexto histórico-educacional, pode-se observar que as formas de contratação utilizadas pelo Estado do Paraná, são reflexos das mudanças ocorridas no interior do mundo do trabalho. No que diz respeito à eliminação da força humana, o trabalho tem como consequência o aumento do número de desempregados ou desocupados em todo mundo. Esse contingente de excluídos se submete a quaisquer condições de trabalho.

Podemos evidenciar, ao analisar a relação entre a oferta e a demanda de pedagogos no Brasil e no Paraná, o porquê, atualmente, de os professores se submeterem a trabalhar sobre regime de contratos temporários, com planos de carreira pouco atrativos e salários inferiores, se comparados a outras profissões.

Onde quer que enfrente problemas de oferta de trabalho, a acumulação do capital expulsa as pessoas de seus postos de trabalho, recorrendo a inovações tecnológicas e organizacionais, e o resultado é a queda dos salários abaixo do seu valor ou o aumento da jornada de trabalho e da intensidade de trabalho para aqueles que permanecem empregados (HARVEY, 2013, p. 265).

Do ponto de vista da formação de uma população excedente, a modalidade de EAD, no ensino superior, contribui com a formação em massa de professores, visto que, nos últimos anos,

ocorreu um crescimento significativo de oferta de cursos de licenciaturas, especialmente de Pedagogia, em EAD. Contudo, não podemos interpretar as políticas de EAD como estratégias que estão, diretamente, ligadas aos interesses do capital, ou que elas possuem uma relação de pura causalidade com a formação do exército de reserva. Todavia, se levarmos em consideração o atual contexto, podemos atribuir à EAD a função de formar uma população excedente de professores.

Como mencionado anteriormente, a formulação do conceito de “exército industrial de reserva” está ligada ao excedente de trabalhadores da esfera da produção, ou seja, daqueles vinculados à produção de capital. No entanto, Moretto (2004, p. 107) destaca que:

[...] a dinâmica expansiva do capital, diversificando a economia, tem produzido excesso de força de trabalho em todos os setores econômicos. O setor de serviços, por exemplo, embora esteja em forte expansão desde os anos cinquenta e, portanto, venha absorvendo o maior número de trabalhadores, devido ao seu dinamismo e concorrência, tem se estruturado cada vez mais através dos equipamentos eletrônicos, de comunicação e de informática. Este setor, estando subordinado à lógica da acumulação, à medida que se moderniza também contribui com a consolidação do excedente da força de trabalho (MORETTO, 2004, p. 107).

Nesse sentido, é preciso levar em consideração que o capital é uma relação social, portanto, faz parte do complexo social. Sua lógica ultrapassa os limites de sua produção e interfere nos diversos setores da economia e da sociedade, sejam eles, produtivos ou improdutivos. A criação de um excedente de profissionais de determinada categoria é usada como um mecanismo de pressão sobre as lutas da classe trabalhadora. A oferta de pedagogos maior do que a demanda contribui para a desvalorização dessa categoria profissional, uma vez que os leva a temerem as reivindicações salariais e laborais.

Freando ou negligenciando as reivindicações trabalhistas e fazendo com que os trabalhadores se submetam a baixos salários e condições precárias de trabalho, o capitalista consegue aumentar a extração de mais-valor. No caso do Estado, que emprega professores, este consegue reduzir os seus gastos com pagamentos de salários e contratação de professores pelo preço do mercado.

Marx (2008) compreende que, sobretudo em momentos de crise, o capital passa por um processo de desaceleração de acumulação de capital, conhecido como a *Lei da tendência à queda da taxa de lucro*. Em relação à essa questão, Marx expôs a forma como as personificações do capital encaram essa tendência, elencando, assim, contratendências à queda da taxa de lucro, como: 1) o aumento do grau de exploração do trabalho; 2) a redução dos salários; 3) a baixa de preços dos elementos do capital constante; 4) a superpopulação relativa; 5) o comércio exterior e; 6) o aumento do capital em ações. Para Marx (2008, p. 312), “[...] a superpopulação relativa se torna, num país, tanto mais palpável, quanto nele se desenvolve o modo capitalista de produção”, permitindo, portanto, uma maior subordinação do trabalhador ao capital.

A *superpopulação relativa* funciona de maneira semelhante ao exército industrial de reserva. Marx (2013) a classificou em três formas: flutuante, latente e estagnada. A superpopulação flutuante compreende os trabalhadores assalariados que, por alguma razão, são expelidos temporariamente do trabalho, mas que retornam em outros momentos, quando a acumulação de capital volta a crescer. Por sua vez, a superpopulação latente diz respeito aos trabalhadores que ainda não foram proletarizados e assalariados, como trabalhadores rurais e donas de casa. Já por superpopulação estagnada, compreende-se a população empregada de forma irregular, em péssimas condições laborais, o “lumpemproletariado” (MARX, 2013).

Na perspectiva de Marx (2008), a superpopulação relativa, sobretudo a flutuante, assim como outras contratendências à queda tendencial da taxa de lucro, contribui para, dentre outras coisas, diminuir o número de trabalhadores ativos, pressionar os salários e recuperar determinado patamar de acumulação de capital. Essa relação, obviamente, não é explícita no conjunto da sociedade e, sobre isso, Harvey (2013, p. 269) destaca que:

O argumento da direita é que o desemprego surge quando os trabalhadores cobram um preço muito alto por seu trabalho. Os trabalhadores criam desemprego quando se recusam a trabalhar por um salário abaixo de certo salário mínimo! Isso costuma acontecer quando as políticas de bem-estar são muito generosas. Logo, a melhor maneira de acabar com o desemprego é reduzir essas políticas a zero.

Portanto, é necessário compreender que, com a reestruturação produtiva e a expansão do capital em novos campos de exploração, a esfera da educação, da formação e da profissionalização de professores e pedagogos sofre os impactos dos interesses do mercado, pois a lógica capitalista é generalizada e a precarização dos trabalhadores é acentuada.

Cabe-nos questionar qual o papel das políticas educacionais para a formação de professores/pedagogos, visto que o crescimento no número de concluintes em Pedagogia está em consonância com as políticas de privatização e de incentivo à EAD, embora tenham sido desenvolvidas sob o argumento da democratização do acesso ao ensino superior. Além disso, o fato de os planos de carreira para professores possibilitarem o ingresso de profissionais formados em nível médio em concursos públicos, sob condições similares aos profissionais com nível superior em Pedagogia, contribui para a formação de uma população excedente ainda maior.

Além disso, constatamos uma desvalorização maior dos profissionais da Pedagogia em relação aos professores de outras licenciaturas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referente ao ano de 2015, os professores que atuam nos anos iniciais da Educação Básica recebem, em média, 65,06% do rendimento dos professores que atuam no Ensino Médio, ou seja, o rendimento é de 34,95% inferior aos docentes que apresentam uma oferta menor no mercado de trabalho (GOIS, 2016).

A oferta maior do que a demanda gera, como vimos, uma população excedente de professores, a qual contribui para a desvalorização do pedagogo no estado do Paraná. Essa tendência é uma manifestação oriunda da própria lógica do capital e da organização social burguesa, a qual resulta na precarização e desvalorização do trabalho. Nesse sentido, a superação completa da desvalorização e da mercantilização da força de trabalho humana só será viável com a superação da sociedade capitalista, assim como, a defesa da universalização da formação profissional em nível superior só será possível ao lado da luta do trabalhador, não só pela luta de direitos e valorização trabalhista, mas a luta pela superação do trabalho assalariado.

Considerações finais

Os resultados da pesquisa evidenciaram uma significativa desproporção entre a oferta e a demanda de pedagogos no estado do Paraná, seguindo uma tendência presente na realidade brasileira como um todo.

Apesar de analisarmos uma amostra de 30,32% das universidades que ofertam curso de Pedagogia, constatamos que há uma oferta maior que a demanda de pedagogos, pois, no período analisado, houve um aumento de 16.187 novas funções de atuação do pedagogo no Paraná (demanda), enquanto que 26.418 pessoas concluíram o curso de Pedagogia em 37 IES do estado (oferta). Desse modo, a oferta maior que a demanda contribui para a formação de uma população

excedente de profissionais da área, possibilitando, no nosso entendimento, uma maior desvalorização do pedagogo no estado.

É válido ressaltar que, apesar de as funções docentes serem destinadas aos profissionais formados em Pedagogia, elas também podem ser ocupadas por profissionais formados em nível médio. Outro aspecto é que há municípios que admitem licenciados formados em áreas correlatas à educação para ocupar funções que correspondem especificamente ao campo de atuação do pedagogo. Esses fatores contribuem ainda mais para que a oferta de professores/pedagogos seja maior perante a demanda do mercado de trabalho.

Alertamos para o fato de que diversas variáveis podem intervir na modificação da realidade quantitativa, contudo, elas não interferem na confiabilidade da explicação teórica na qual nos amparamos para argumentar o processo de desvalorização, por meio da lei da oferta e da demanda.

Devemos considerar também a especificidade dos cursos de Pedagogia em relação a outras licenciaturas, como a Física, a Química e a Matemática, que ainda resistem à massificação da formação de seus profissionais a distância. Nesse sentido, reafirmamos a desvalorização dos profissionais da Pedagogia em proporção maior a de professores de outras licenciaturas, uma vez que os docentes de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental têm sua remuneração inferior ao dos professores de outras áreas.

A partir da lógica explicativa do conceito de “exército industrial de reserva”, de Marx, consideramos que a relação entre uma oferta maior que a demanda, da mercadoria força de trabalho, influencia na desvalorização profissional. Marx compreende que, na sociedade capitalista, a formação de uma população de trabalhadores excedente é fundamental para a continuidade do processo de acumulação de capital, sobretudo em tempos de crise. Embora esse conceito esteja atrelado à categoria de trabalhadores produtivos, diretamente ligados à produção de capital, compreendemos que a relação social do capital, na sua necessidade expansiva de generalização e desenvolvimento, influencia os diversos setores e categorias de trabalhadores, inclusive os improdutivos.

Cabe destacar que a pesquisa analisou apenas um aspecto da (des)valorização profissional, ou seja, a relação entre oferta e demanda, sendo que a valorização depende de outros elementos como planos de carreira, remuneração, condições de trabalho e formação. Os dados da pesquisa revelaram que há uma oferta “excessiva” de professores/pedagogos, se considerarmos a oferta e a demanda atual do mercado de trabalho para esses profissionais no estado do Paraná. Todavia, tal oferta poderia não ser excessiva, caso as políticas educacionais de fato garantissem escola para todas as crianças, desde os primeiros anos de vida, assim como, diminuição do número de alunos por turma e o aumento de profissionais atuando na organização do trabalho pedagógico.

Apesar da singularidade paranaense, foco da pesquisa realizada, compreendemos que a tendência, da oferta maior que a demanda de trabalhadores assalariados, é uma realidade presente na particularidade histórica do Brasil, a qual sofre influências da universalidade do capital, abrangendo diversos setores e categorias de trabalhadores em diferentes países.

Do ponto de vista da relação entre trabalho e formação, a formação humana está condicionada às relações sociais de produção. Sendo assim, atualmente, o desenvolvimento da formação humana depende, fundamentalmente, da superação da sociedade capitalista e do trabalho assalariado. Por sua vez, a formação profissional cumpre o papel de favorecer a relação entre trabalho assalariado e capital.

Concluimos, com esse estudo, que a oferta maior que a demanda de pedagogos no estado do Paraná, resulta na desvalorização profissional da categoria, uma vez que pressiona os professores a trabalharem com carga horária de trabalho extensiva e contratos de trabalho flexíveis e instáveis. Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho no capitalismo se torna vulnerável às leis do mercado, dentre elas, a lei da oferta e demanda, a qual reduz a valorização das mercadorias (força de trabalho de determinada categoria) que estão em quantidade maior que a demanda do mercado. É importante ressaltar que esse fator de desvalorização não é eliminável do modo de produção capitalista, pelo contrário, é fundamental para a reprodução continuada dessa forma de sociabilidade.

A superação da desvalorização e da mercantilização da força de trabalho humana só será possível com a transformação das relações sociais de produção da sociedade capitalista, assim como a defesa da universalização da formação profissional em nível superior e sua valorização só se concretizará ao lado da luta do trabalhador em geral.

Referências

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP nº 3/2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 21 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de Julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>. Acesso em: 06 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da formação de professores: princípios, estratégia e programas (texto para discussão)**. 2014.

ENGELS, F. Prefácio. In: MARX, K. **As lutas de classe na França: de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

GOIS, A. Dados de 2015 do IBGE mostram que distância salarial entre professores e demais profissionais com nível superior diminui em ritmo lento. **O Globo**. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/antonio-gois/post/dados-de-2015-do-ibge-mostram-quedistancia-salarial-entre-professores-e-demais-profissionais-com-nivel-superior-diminui-em-ritmo-lento.html>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

HARVEY, D. **Para entender O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

INEP. **Censo da Educação Básica (2008 a 2013)**. Brasília: MEC, 2013

INEP. **Sinopses estatísticas do Ensino Superior (2004 a 2013)**. Brasília: MEC, 2013.

- LESSA, S. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital**. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital**: Salário, preço e lucro. Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MILANI, N. Z.; FIOD, E. G. M. Precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná (1990-2005). **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 33, p.77-100, 2008.
- MORETTO, N. R. **A formação sindical** – profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desemprego e configuração atual do mercado capitalista. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- NETO, N. N. G. **Exército industrial de reserva**: conceito e mensuração. 126 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- TONET, I. **Método dialético**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- TUMOLO, P. S. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, 2005. DOI: 10.1590/s0101-73302005000100011
- TUMOLO, P. S.; FONTANA, K. B. Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 159-180, 2008. DOI: 10.1590/s0101-73302008000100009

Recebido em 19/11/2016

Versão corrigida recebida em 25/01/2017

Aceito em 05/02/17